



# Lançamento do Concurso para a eficiência energética na Administração local

**Complexo Municipal de Piscinas na Caparica | 15 de novembro de 2017|**

## **Intervenção da Presidente da Câmara Municipal de Almada**

### **Inês de Medeiros**

Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Dr. Pedro Marques;

Senhor Presidente da CCDR-LVT, Eng<sup>o</sup> João Manuel Teixeira

Senhor Presidente do Conselho da Administração da ADENE, Eng<sup>o</sup> João Paulo Girbal

Senhoras e senhores jornalistas;

Senhoras e senhores dirigentes e técnicos municipais;

Sejam bem-vindos a Almada!

É com grande satisfação que acolhemos esta sessão no nosso Concelho, aqui na Piscina Municipal da Caparica, integrada no Centro Cívico da Caparica.

Este é um edifício que possui elevados padrões de eficiência energética e que, por isso, constitui um excelente cenário para a apresentação do novo concurso para a “Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local”, cujo Aviso é hoje lançado.

As questões do clima e da energia são da maior importância para o futuro das nossas cidades e das suas populações, exigindo a maior atenção e compromisso por parte dos governos locais.

A importância da ação local no combate às alterações climáticas e na transição energética para uma sociedade neutra em carbono, é sobejamente reconhecida, desde logo pelas Nações Unidas que lhe consagra grande destaque e importância nos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

Uma cidade sustentável, solidária e resiliente é também aquela onde se garante o acesso justo e equitativo ao emprego e aos diferentes recursos disponíveis, onde se inclui a energia limpa e segura.



De facto, a energia e o clima, são dimensões da ação local que valorizamos e abraçamos em Almada, através de um trabalho transversal, multidisciplinar e coerente, em parceria com a Agência Municipal de Energia de Almada e com outros atores locais, nacionais e europeus.

Estamos conscientes que o desafio da descarbonização não é hoje apenas uma opção, é um imperativo.

Enquanto nível de governação mais próximo dos cidadãos e enquanto gestores de um território que suporta variadas atividades e funções urbanas, as autarquias desempenham um papel fundamental no esforço coletivo de descarbonização, pois asseguram um conjunto de serviços públicos que consomem energia e originam a emissão de gases com efeito de estufa.

Edifícios e equipamentos municipais de cultura, educação ou desporto, habitação social, semaforização ou a iluminação pública, gestão do ciclo urbano da água, são alguns exemplos dessas instalações e serviços prestados autoridades locais aos seus cidadãos.

Atualmente a fatura energética representa uma significativa parcela do orçamento dos municípios, destacando-se pela sua dimensão o consumo e o custo associado à prestação do serviço de iluminação pública.

No caso de Almada, a iluminação pública representa cerca de 60% do consumo total de energia de toda a Câmara Municipal, o que demonstra inequivocamente a importância da intervenção para a sua redução, o que temos feito através, por exemplo, da introdução faseada de um sistema de telegestão inovador, que possibilita a regulação de fluxo luminoso, economizando 40 a 50% da eletricidade necessária para o seu funcionamento, mantendo o nível e a qualidade do serviço.

A esse propósito, esperamos poder vir financiar a extensão desta tecnologia no âmbito deste novo concurso para a “Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local”, que o Senhor Ministro hoje apresenta.

Este e outros exemplos mostram que a utilização eficiente das diferentes formas de energia se assume como um fator essencial para assegurar um bom desempenho dos sistemas e serviços, e assim libertar recursos financeiros para desenvolver outras atividades municipais que sirvam a comunidade.

O fator diferenciador dos investimentos em eficiência energética e no aproveitamento em energias renováveis, é a tangibilidade e o retorno financeiro que proporcionam sob a forma da redução dos custos com a aquisição de energia, que permitem a sua amortização em prazos bem definidos.



*Presidência*

Nesse âmbito, queria saudar a evolução do novo Aviso “Eficiência Energética nas Infraestruturas Públicas da Administração Local”, relativamente ao anterior concurso.

As novas disposições administrativas parecem possuir um justo equilíbrio entre o carácter reembolsável e não reembolsável dos subsídios a atribuir aos projetos apoiados, permitindo a viabilização de medidas importantes, mas que não possuem um período de retorno financeiro mais imediato, como é o caso das intervenções na envolvente dos edifícios, para a melhoria do seu desempenho térmico e energético.

A aposta na eficiência energética e carbónica é consagrada pela União Europeia de forma transversal na sua política de coesão, como é muito evidente nas regras de aplicação dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeu do atual quadro comunitário.

Ao longo das décadas mais recentes, têm sido dados passos neste sentido, mas urge avançar decisivamente e suportar o desejado modelo de economia circular, que assegure a transição energética para uma sociedade de baixo carbono e materialize os objetivos de redução de emissões de dióxido de carbono, de redução de consumos de energia e de utilização de recursos renováveis.

É nossa expectativa que a combinação das diferentes fontes de financiamento disponíveis (europeu, nacional e local), associada ao estabelecimento de parcerias com a comunidade local, empresas e universidades, entre outros agentes, possa resultar na concretização de projetos que se traduzam numa maior ecoeficiência na prestação dos serviços públicos pelos governos locais aos seus cidadãos.

Em Almada temos feito o nosso caminho neste sentido, com o apoio da nossa Agência Municipal de Energia, a AGENEAL, e em parceria com a comunidade local e com os associados da AGENEAL, à qual a ADENE, Agência Nacional de Energia, se associou desde o primeiro momento.

E continuaremos a trilhá-lo com o apoio e a participação de todos, neste esforço coletivo de descarbonização do nosso concelho.

Termino agradecendo a presença de todos aqui em Almada e, em particular, ao Senhor Ministro Pedro Marques por nos ter dado o privilégio da sua presença e por nos ter possibilitado o acolhimento desta sessão e do lançamento deste anúncio, tão importante para os Municípios portugueses.

Muito obrigada pela Vossa atenção.